

# Mostra de Projetos 2011

## Construindo a Paz

Mostra Local de: Arapongas.

Categoria do projeto: Projetos em implantação, com resultados parciais.

Nome da Instituição/Empresa: (campo não preenchido)

Cidade: Arapongas.

Contato: prux@uol.com.br

Autor(es): Prof. Oscar Ivan Prux; Profa. Rosângela Mara Sartori Borges; Profa. Juliana Apyrgio Bertoncelo; Profa. Beatriz Ballan Silveira.

Equipe: - Prof. Oscar Ivan Prux – Doutor, Coordenador e docente do curso de Direito da Unopar Arapongas;

Profa. Rosângela Mara Sartori Borges: Mestre, Docente do curso de Direito da Unopar Arapongas;

Profa. Juliana Apyrgio Bertoncelo: Especialista, Docente do curso de Direito da Unopar Arapongas;

Profa. Beatriz Ballan Silveira: Mestre, Docente do curso de Direito da Unopar Arapongas.

Parceria: Ministério Público; Prefeitura Municipal de Arapongas e Apucarana; Sociedade Civil Organizada.

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto:

2 - Educação básica para todos.

### RESUMO

O presente projeto visa contribuir para a redução e o equacionamento dos conflitos sociais, problemática em expansão. Na esfera Cível consta de

treinamentos para implantação da mediação nos feitos judiciais, na família, nas relações escolares e demais que sejam pertinentes, o equacionamento do sobre endividamento do consumidor, o estudo, a prática da solidariedade, a “sustentabilidade ambiental”, que visa estudar o consumo sustentável, a qualidade de vida e, especificamente, quanto a seus reflexos no que tange a criminalidade em áreas degradadas. Na esfera Penal, considerando os elevados índices de criminalidade instaurados na sociedade a ponto de comprometer não só a segurança, mas a própria qualidade de vida das pessoas, o projeto incidirá diretamente sobre esta realidade.

*Palavras-chave: Criminalidade; Conflitos; Pacificação; Qualidade de vida; Paz.*

## **INTRODUÇÃO**

Sob um prisma multidisciplinar, o projeto visa analisar os fatores que se relacionam aos conflitos, suas razões e formas de manifestação. E, por meio de aplicação de técnicas, busca alternativas nas esferas judiciais e extrajudiciais, em prol da solução e redução de conflitos, forma de obtenção de melhoras para a paz social.

Na esfera criminal, em especial, constata a incidência de crimes e seu contexto social apresentando uma “radiografia” esquematizada desses fatos. Inclusive, analisa autores e vítimas desses crimes (local e outros fatores relacionados), bem como as circunstâncias ligadas ao meio social, no caso: organização espacial das localidades, infra-estrutura, saneamento básico, iluminação pública, presença de aparelhos de uso comunitário, escolas, postos de saúde, providências relativas à atuação de órgãos e autoridades envolvidas em segurança, participação da comunidade, etc. Enfim busca apresentar uma matriz de responsabilidades dos agentes sociais e a proposição de alternativas no sentido de contribuir para a tentativa de solução dessa problemática.

### **1. JUSTIFICATIVA**

Os conflitos têm uma realidade crescente e preocupante. A sociedade não pode ficar inerte. A Universidade, como parte importantíssima do contexto social, além de não deixar de estar envolvida, em razão de poder ser atingida por esta conjuntura, naturalmente precisa ser participe do processo de tentativa de solução, forma de cumprir sua função social.

Os problemas que afligem a população não podem ficar ao largo da contribuição da academia, com seu conhecimento científico, para a solução. Esse contexto, aliado às linhas de pesquisa e extensão, aos objetivos e à missão da UNOPAR, justificam a realização do projeto pelo nobre resultado que poderá apresentar para a sociedade. Considere-se, igualmente, que o projeto integrará os setores relevantes da sociedade organizada exatamente para o enfrentamento conjunto e colaborativo daqueles que são dos maiores problemas enfrentados atualmente.

A realização do projeto plantará base para ações presentes e preparará ações para as futuras gerações.

Esse projeto abrangerá as áreas penal e cível, exatamente incidindo sobre os problemas mais graves e que representam a maior preocupação das pessoas, conforme demonstram as pesquisas sobre o número (e demora na solução) de feitos ajuizados e aquelas que inquiram sobre questões de segurança frente à criminalidade.

Desta forma, o presente projeto justifica-se pela necessidade premente de identificar os principais fatores que influem para a ocorrência de conflitos, incluindo os pertinentes à área cível e os que se inserem na área penal de maior gravidade.

## **2. OBJETIVO GERAL**

Descobrir instrumentos eficazes de combate às diversas formas de violência social, por meio da análise científica dos conflitos sociais, especialmente na área cível e penal.

## **3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Coletar e analisar os dados que compõem os aspectos influentes nos conflitos, tanto os da área cível, quanto os que se inserem na área criminal (com suas repercussões da violência).

a) Na esfera cível:

- Analisar os fatores de conflitos, suas razões e formas de manifestação;

- Buscar por meio da aplicação de técnicas, que aconteça nos meios judiciais e, principalmente, por meios extrajudiciais a solução dos conflitos, mediante formas de incentivo a implementação profícua de meios alternativos de solução de litígios, tais como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

b) Na esfera criminal:

- Analisar as razões e os motivos históricos da criminalidade, bem como a experiência estrangeira nessa área;

- Verificar os fatores presentes na conjuntura que envolve os crimes mais praticados, estabelecendo estudos sobre o crime, o local, as condições sociais, o criminoso, a vítima, as conseqüências judiciais e extrajudiciais e demais circunstâncias relevantes para o equacionamento dessa problemática;

- Constatar a incidência de crimes e seu contexto social apresentando uma “radiografia” esquematizada desses fatos. Inclusive, analisando autores e vítimas, bem como o momento em que eles ocorrem e suas circunstâncias ligadas ao meio social, no caso: organização espacial das localidades, infra-estrutura, saneamento básico, iluminação pública, presença de aparelhos de uso comunitário, escolas, postos de saúde, providências relativas a atuação de órgãos e autoridades envolvidas em segurança, participação da comunidade, entre outros.

#### **4. METODOLOGIA**

Este projeto será desenvolvido em fases distintas, mas complementares e interligadas:

A) ÁREA PENAL: “ANÁLISE CIENTÍFICA DA CRIMINALIDADE”.

(1) Projeto que principia com o contato com autoridades constituídas e organizações da sociedade civil (incluindo associações comerciais e empresariais, escolas, imprensa, entre outras) para que contribuam com o projeto deverá selecionar o que será pesquisado e elaborar os questionários. Paralelamente, em contato com os técnicos responsáveis, deverá ser providenciado um programa de computador específico para armazenagem, apuração e cruzamento de dados. Só então, se incluirá a participação de alunos na coleta de dados oficiais relacionados a aspectos da (e relacionados com). Na fase seguinte, os professores envolvidos no projeto trabalharão na organização, análise técnico-científica do material coletado e elaboração de conclusões e sugestões para disposição às autoridades. Por derradeiro, elaborar-se-ão cartilhas de direitos humanos e deverão ser apresentados os resultados, primeiramente as autoridades e,

posteriormente, a comunidade e imprensa, forma de obter a fundamental repercussão positiva de todo o objeto e objetivo do projeto.

## FASES

1ª. Contatos com autoridades e membros da sociedade civil para exposição do projeto e solicitação de participação, incluindo programa de palestras e exposição perante os Conselhos de Segurança, demais órgãos (municipais, estaduais e federais) e entidades ligadas a essa área, bem como junto a autoridades, no sentido de apresentar experiências bem sucedidas no cenário nacional e em outros países, incluindo as pesquisas feitas por integrantes do projeto.

2ª. Seleção dos dados que serão pesquisados.

3ª. Elaboração dos questionários para coletar os dados.

4ª. Elaboração do programa de computação para inserção e cruzamento de dados.

5ª. Compilação dos dados coletados e elaboração de gráficos e relatórios.

6ª. Análise dos dados coletados e elaboração de relatório com sugestões.

7ª. Elaboração de cartilhas sobre direitos humanos para aplicação conjunta com as providências recomendadas pelo projeto.

8ª. Com base no projeto, reuniões para apresentação, debate e elaboração de ações para inserção pró-ativa em prol da segurança:

a) do Estado, por seus três poderes, no sentido de aproveitar as contribuições dos projetos.

b) Das autoridades constituídas para que se implemente um processo de dignificação da autoridade no exercício de suas funções e também absoluto respeito aos direitos humanos dos cidadãos.

c) Da imprensa (para apoio e até auto-regulamentação);

d) De entidades, organizações civis (incluindo iniciativa para contribuições e adoção da ética e da legalidade empresariais) e da comunidade em geral (associações de bairro, escolas, envolvidos em segurança privada, taxistas, etc.), para um choque de ordem e contribuições específicas.

## II – ÁREA CÍVEL – “SOLUÇÃO DE LITÍGIOS”

### 1. FOCO MAIS RELACIONADO À ESFERA EXTRAJUDICIAL

A) Projeto de equacionamento do sobre-endividamento, com participação das Associações Comerciais, credores, devedores, alunos e professores inscritos, pelo qual,

consumidores sobre-endividados integrantes do programa, receberão assessoria para um planejamento financeiro e solução desse seu problema, sendo que os credores, além de evitarem ter de despender esforços e recursos para as cobranças, obterão a certeza de receber (enquanto o consumidor endividado estiver no programa).

B) Projeto para tentar inserir nos meios empresariais, nas comunidades e nas escolas, a cultura da arbitragem (nos contratos) e da mediação (na solução de conflitos), projeto esse constando de:

- palestras junto à comunidade (associações, empresas, escolas, entidades, etc.), para explicitar as vantagens de uma mudança cultural, com adoção desses meios de solução de controvérsias;

- ações nas escolas para, no contra-turno, serem efetivados treinamentos para a prática da mediação, bem como assessoria para instituir uma comissão (de mediação) entre os alunos, no sentido de resolver eventuais conflitos surgidos no meio escolar discente;

- contatos para buscar por parte das Instituições de 3º grau, a inserção da disciplina da mediação e arbitragem nos cursos em que for compatível (exemplos: Direito e Administração);

- programa de mediação familiar, em conjunto com entidades sociais, entidades religiosas e associações comunitárias;

## 2. FOCO MAIS RELACIONADO À ESFERA JUDICIAL

A) – Programa de treinamento presencial para conciliadores, mediadores e demais pessoas envolvidas nesse contexto (incluindo Ministério Público e OAB), com realização junto aos Fóruns e Escolas da Magistratura;

B) Programa de treinamento para mediação, com a utilização das ferramentas do ensino a distância, contando com a contribuição de Instituição de Ensino com essas condições (exemplo: UNOPAR);

C) Programa com prática da mediação em processos pré-selecionados pelos Magistrados.

### EM COMPLEMENTO PARA APOIO EM TODAS AS ÁREAS:

Efetivação de um programa de envolvimento do meio empresarial (com patrocínios através de recursos destinados a sua área de responsabilidade social) e da imprensa

(mídia) em geral, para criar-se uma campanha no sentido de gerar imagem positiva e angariar simpatia no meio social, com vistas à adoção dessas formas de solução de controvérsias, com mais fácil pacificação social.

## **5. MONITORAMENTO DOS RESULTADOS**

Tendo em vista que o presente projeto está em desenvolvimento, não há resultados, ainda, específicos. Porém muitos contatos com diversos segmentos sociais dos Municípios de Apucarana e Arapongas foram realizados (vide cronograma de 2010). Tais contatos são instrumentos para se chegar aos resultados esperados.

## **6. VOLUNTÁRIOS**

O projeto “Construindo a Paz” da UNOPAR integra um processo que envolve os diferentes segmentos públicos e privados, de forma a alinhar estratégias para a redução e equacionamento dos conflitos sociais em expansão e conseqüentemente projetarem a paz. Assim sendo, os principais atores envolvidos são:

- Ministério Público de Arapongas e Apucarana;
- Prefeitura Municipal de Arapongas e Apucarana (todas as Secretarias);
- ACIA – Associação Comercial e Industrial de Arapongas e Apucarana;
- Instituições de classes (Lions, Rotary, Associação de Moradores, entre outros);
- Polícia Militar;
- Corpo de Bombeiros;
- Outros.

## **7. CRONOGRAMA**

Março a dezembro de 2010:

Realização de reuniões com: equipe de trabalho; magistrados e membros do Ministério Público; Secretário da Educação; Chefe da Polícia Militar; Coordenadora do

Núcleo Regional da Educação; Representantes das associações de bairro; Coordenadores do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Marketing; Conselhos de Segurança das duas cidades, e comandantes das Guardas Municipais, do Exército (Apucarana), Delegados, Polícia militar e chefe do Detran.

Realização de palestra na Associação Comercial e Industrial (Apucarana e Arapongas) sobre análise científica da criminalidade; e equacionamento do super endividamento do consumidor.

Realização de treinamentos sobre mediação ao Poder Judiciário: 2 em Maringá e 1 em Apucarana

- Fevereiro, março e abril/2011: Reuniões com a equipe de trabalho.
- Maio/2011: Reuniões com a equipe de trabalho, reunião com Presidente da Associação Comercial de Arapongas.
- Junho/2011: Seleção de alunos participantes do projeto, treinamento para mediação no Fórum de Arapongas.
- Julho/2011: Pesquisa de campo na comunidade; Pesquisa de campo na delegacia de polícia.
- Agosto/2011: Pesquisa de campo no Batalhão da Polícia Militar.
- Setembro/2011: Pesquisa de campo nas Associações de Bairro.
- Outubro novembro/2011: Análise sobre os dados coletados.
- Dezembro/2011: Confecção das estatísticas coletadas.

## **8. RESULTADOS ALCANÇADOS**

Inúmeros contatos foram feitos com autoridades locais (vide cronograma) com a finalidade de divulgar e motivar a participação destas no projeto. Os questionários que serão utilizados na pesquisa de campo foram elaborados, bem como treinamentos de mediação realizados.

## **9. ORÇAMENTO**

Carga horária docente - R\$27.569,73.



## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projeto em desenvolvimento, compreendido como relevante para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus Direitos Humanos – entre a lei e a ordem, Tempo Social, São Paulo, vol. 11, nº 2, p. 129- 154, out. 1999.

\_\_\_\_\_. Violência, Controle Social e Cidadania: Dilemas da Administração da Justiça Criminal no Brasil, Rev. Crítica de Ciências Sociais, n. 41, p. 101/127, dezembro. 1994.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp e Ed. 34, 2000.

CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: Uma Bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, nº 50, p. 45-124, 2º semestre. 2000.

MARANHÃO. Odon Ramos. Psicologia do Crime. 2ª Ed. Malheiros. São Paulo, 1.995

OLIVEIRA, Nilson Vieira. “Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana”. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PIQUET, L. Determinantes do crime na América Latina. Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000 (Mimeo).

SILVA, Jorge da. Controle da Criminalidade e Segurança Pública, na nova ordem constitucional. 2ª Ed. Forense: Rio de Janeiro, 1999.

ZANETIC, André. A Disseminação da Segurança Privada no Brasil: pressupostos e motivações. XXX Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu – MG: 2006.